

BNCC: FUNDAMENTOS E REPERCUSSÕES PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E GEOGRAFIA ESCOLAR COMO AÇÃO EXTENSIONISTA CONTRA-HEGEMÔNICA

Ana Paula Pinho Pachêco Gramata ¹
Darllan Nunes de Sousa ²
Cristiane Ferreira de Souza França ³

RESUMO

A ação de extensão intitulada “Base Nacional Comum Curricular – BNCC: fundamentos e repercussões para a Educação Brasileira e Geografia Escolar” ocorreu entre junho e dezembro de 2024, no âmbito do projeto de extensão da Rede de Diversidade e Autonomia da Educação Pública - REDAP, em parceria com o curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Sob a coordenação de docentes e com a participação de discentes da graduação, a atividade configurou-se como um grupo de estudos interinstitucional e interdisciplinar, reunindo professores, estudantes e pesquisadores de diversas regiões do Brasil. O objetivo principal foi promover a socialização e a democratização, entre professores da educação básica, pesquisadores e docentes em formação, de leituras contra-hegemônicas acerca das bases econômicas, didáticas e psicopedagógicas vigentes na BNCC. A metodologia baseou-se em encontros quinzenais remotos e seminários online, com a presença de convidados vinculados a movimentos sociais e à prática docente na educação básica. Do ponto de vista teórico, a iniciativa fundamentou-se em autores críticos ao projeto neoliberal de educação e à pedagogia das competências. Os principais resultados indicam que a ação fortaleceu redes de resistência e formação crítica entre os participantes, promovendo a reflexão coletiva sobre os impactos das reformas educacionais recentes e contribuindo para a defesa de uma educação pública, democrática e socialmente referenciada.

Palavras-chave: BNCC, Políticas Educacionais e Geografia Escolar.

ABSTRACT

The extension initiative entitled “*Base Nacional Comum Curricular – BNCC: Fundamentals and Repercussions for Brazilian Education and School Geography*” took place between June and December 2024, within the scope of the extension project of the Network for Diversity and Autonomy in Public Education (REDAP), in partnership with the Geography undergraduate program at the State University Vale do Acaraú (UVA). Coordinated by faculty members and with the participation of undergraduate students, the activity was structured as an interinstitutional and interdisciplinary study group, bringing together teachers, students, and researchers from different regions of Brazil. The main objective was to promote the dissemination and democratization, among basic education teachers, researchers, and prospective educators, of counter-hegemonic perspectives regarding the economic, didactic, and psychopedagogical foundations underpinning the BNCC. The methodology was based on biweekly remote meetings and online seminars, featuring guest speakers linked to social movements and teaching practices in basic education. From a theoretical standpoint, the initiative drew on authors critical of the neoliberal education project and the competence-based pedagogy. The main results indicate that the action strengthened networks of resistance and critical education among participants, fostering collective reflection on the impacts of recent educational reforms and contributing to the defense of a democratic, public, and socially grounded education.

Keywords: BNCC, Educational Policies, School Geography.

¹ Doutora do Curso de Graduação e Pós Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA, anappacheco@gmail.com;

² Mestre do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA, darllan_nunes@uvanet.br;

³ Doutora do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA, cristiane.ferreira@uvanet.br

INTRODUÇÃO

A ação de extensão ocorreu entre junho e dezembro de 2024 e teve como título “Base Nacional Comum Curricular – BNCC: fundamentos e repercussões para a Educação Brasileira e Geografia Escolar”. Vinculada ao Projeto de Extensão “Rede Diversidade e Autonomia da Educação Pública – REDAP”, foi desenvolvida em parceria com o curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

O principal objetivo foi promover a socialização e a democratização de leituras contra-hegemônicas sobre as bases econômicas, didáticas e psicopedagógicas da BNCC, envolvendo professores da educação básica, pesquisadores e docentes em formação. Estruturada como grupo de estudos, a iniciativa reuniu participantes de diferentes áreas do conhecimento, como Geografia, Pedagogia, História, Biologia e Letras, provenientes de diversos estados brasileiros. Os encontros ocorreram quinzenalmente, de forma virtual, com base na cidade de Sobral, Ceará.

Este trabalho em rede constituiu uma parceria entre o curso de Geografia da UVA e a REDAP, coletivo nacional composto por mais de sessenta (60) professores(as) e pesquisadores(as) da educação básica e superior, vinculados a trinta e duas (32) Instituições de Ensino Superior (IES) de todo o Brasil. O coletivo compromete-se a fortalecer teorias e práticas contra-hegemônicas no campo educacional brasileiro.

Entre junho e dezembro de 2024, foram realizados onze (11) encontros, cuja culminância foi um seminário também online. Em conjunto, essas atividades contemplaram a discussão dos fundamentos econômicos, didático-pedagógicos e psicopedagógicos da BNCC. Enfatizou-se, ainda, o papel do Estado, de organizações internacionais e de grupos hegemônicos com atuação multiescalar, que buscam controlar a educação pública de modo a alinhá-la aos interesses de um mercado de trabalho cada vez mais precarizado para uma parcela expressiva da juventude brasileira, especialmente filhos e filhas da classe trabalhadora.

O espaço de debate criado por esta ação de extensão configurou-se como um ambiente formativo, de luta e resistência para todos os envolvidos, fortalecendo o trabalho já realizado pela REDAP, ou seja, a defesa de uma educação pública, de qualidade e socialmente referenciada.

No desenvolvimento do grupo de estudos, contou-se com a participação de pesquisadores(as) convidados(as), bem como de docentes que lidam diretamente com a implementação da BNCC no cotidiano da sala de aula. Ressalta-se que muitos desses convidados também integram movimentos sociais e fóruns de luta em prol do fortalecimento da educação pública de qualidade e socialmente referenciada, como o Fórum em Defesa do Ensino e dos(as) Professores(as) de Geografia do Ceará. Considera-se que essas parcerias, além de fortalecerem o coletivo de trabalhadores(as) da educação frente à imposição de políticas educacionais neoliberais que restringem o direito efetivo à educação, reforcem o tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

METODOLOGIA

Institucionalizado como projeto de extensão no curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú, em Sobral (Ceará), o projeto “Rede Diversidade e Autonomia na Educação Pública” partiu dos objetivos coletivos da REDAP, que demarcam a necessidade de ampliar as formas de compreensão e enfrentamento das políticas neoliberais no Brasil, em suas múltiplas manifestações e efeitos.

Para atender a alguns desses objetivos, a ação extensionista atuou na formação do grupo de estudos “BNCC: fundamentos e repercussões para a Educação Brasileira e Geografia Escolar”. Nesse contexto, a ação estruturou-se a partir de quatro etapas principais: (a) seleção e organização de temas centrados nas críticas contra-hegemônicas às políticas curriculares, especialmente orientadas pelos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica; (b) mobilização e formação de um grupo de estudos virtual, com o objetivo de discutir os temas selecionados e dialogar com as contradições do ideário hegemônicos identificados por docentes no chão da escola; (c) promoção de encontros temáticos abertos, com pesquisadores convidados para aprofundar e ampliar o debate previamente acumulado; (d) produção do Seminário Virtual “A prática docente como território de luta e resistência por uma Educação Geográfica contra-hegemônica”, que adotou o conjunto das reflexões como mecanismo de mobilização para a atuação contra-hegemônica dentro e fora da escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

As políticas públicas educacionais no Brasil, consolidadas sob o neoliberalismo, como esclarecem Albuquerque et al. (2021, p. 20), “podem ser sistematizadas em três fases”. A primeira teria se estabelecido na década de 1990, tendo como marco a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, com patrocínio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial (BM).

A segunda fase teria iniciado em 2003, quando ocorreu, ao mesmo tempo, uma certa garantia de avanços sociais progressistas, que, entretanto, não se desvencilharam das políticas educacionais neoliberais iniciadas no período anterior. Tal fato se deu, citam os referidos autores, com a “acentuação do uso de indicadores educacionais” utilizados “como sinônimo de qualidade, criando políticas meritocráticas e de bonificação entre escolas e trabalhadores da educação”. Observam ainda que, nesse período, surgiu um conjunto de instituições privadas que passaram a participar mais efetivamente das decisões sobre os rumos das políticas educacionais do Brasil (ALBUQUERQUE et al., 2021, p. 20).

Por fim, uma terceira fase teve início a partir de 2016, com a “consolidação da hegemonia neoliberal nas políticas educacionais em território nacional”, quando Michel Temer assumiu a Presidência da República e, posteriormente, Jair Bolsonaro, presidente eleito em 2018 e que governou o país até 2022, aprofundou essa lógica econômica e social (ALBUQUERQUE et al., 2021, p. 20).

Assim, desde 2016, o Brasil vivencia uma nova etapa de consolidação da hegemonia neoliberal, com profundas repercussões em suas políticas educacionais. Nesse contexto, o projeto de educação, de escola, de currículo e de docência posto em prática no país privilegia outros interesses em detrimento tanto da efetiva formação inicial de professores-pesquisadoras no nível superior quanto de uma educação básica voltada à formação cidadã dos filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras. É nesse contexto que se origina a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, segundo Marsiglia et al. (2017, p. 108), a base foi,

(...) uma exigência dos organismos internacionais, da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2012) de 1996 e de três das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Com efeito, a BNCC começa a ser formulada no primeiro semestre de 2015, ainda no governo Dilma. Em seu processo de produção e organização, reúne membros de associações

científicas representativas das diversas áreas do conhecimento de Universidades públicas, o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), a União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) e fundamentalmente representantes dos aparelhos privados de hegemonia da classe empresarial que compõem a ONG Movimento pela Base Nacional Comum (MARSIGLIA et al. 2017, p. 108).

A referida política, no campo da educação, caminha no sentido de transformar a escola pública e os docentes em formadores de mão de obra cada vez mais precarizada tendo em vista uma lógica mercadológica que tem por objetivo formar um trabalhador flexível.

Esse trabalhador de novo tipo criado sob os marcos da BNCC, deve aprender a aprender, desde a escola a ser empreendedor, resiliente e proativo para atender as demandas de setores econômicos que não podem abrir mão da força de trabalho vivo, mas que a precariza cada vez, com objetivo sempre crescente de acumulação de capital. (França, 2024).

Nesse contexto, como destacam Lima, França e Sena, (2024), há a captura da subjetividade desse jovem em formação pois o que está em pauta é um currículo,

(...) embasado no conservadorismo e na desigualdade, que não possibilita a formação crítica dos estudantes e que solapa qualquer possibilidade de luta, uma vez que visa moldar comportamentos e mentalidades. Nesse modelo curricular, seguido de uma alta regulação do trabalho docente, ganha destaque a perspectiva multiculturalista e o hibridismo metodológico apoiado na ideologia pós-moderna que se alinha, de modo direto aos objetivos dos reformadores, de criação de indivíduos e subjetividades adaptadas ao modelo neoliberal (LIMA, FRANÇA e SENA. 2024, p. 305).

A Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar, não fica incólume a essas mudanças. Inserida no currículo escolar como componente de uma área do conhecimento, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, conforme estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018), a disciplina encontra-se, cada vez mais, cerceada pelo enxugamento de seus conteúdos, em uma lógica que privilegia um currículo fundamentado em competências, em detrimento de um currículo ancorado nos conhecimentos.

O que assistimos hoje, ao constatarmos a regulação de alguns conteúdos da disciplina de Geografia, já ocorreu anteriormente com a implementação da Lei nº 5.692, de 1971, que instituiu, entre outras medidas, a disciplina de Estudos Sociais, substituindo as disciplinas específicas de História e Geografia. Infere-se, assim, que, em períodos de autoritarismo em nosso país, as disciplinas das áreas de Ciências Humanas estão sempre na “berlinda”, assim como a própria escola e o currículo escolar. Nesse sentido, reforça-se uma educação formal de caráter instrumental, que ignora a dimensão histórico-cultural da formação humana (França,

2024). Salienta-se que a ação de extensão aqui relatada teve como embasamento teórico o estudo e o debate de temas e autores cujos textos possibilitaram a compreensão das bases e fundamentos da BNCC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Construídas a partir da problematização dialógica da realidade escolar que emergiu dentro do coletivo REDAP e no decorrer dos debates construídos a partir das atividades aqui relatadas, a referida ação extensionista partiu da seleção e organização de temas e produções bibliográficas acumuladas nos referenciais levantados em pesquisas e produções congregadas pelo coletivo REDAP⁴ acerca da Base Nacional Comum Curricular. Orientadas pelo constructo teórico e metodológico proposto pela Pedagogia Histórico-Crítica, a referida seleção temática se debruçou sobre temas que contribuíam para o desvelar da arquitetura curricular da BNCC enquanto mecanismo de recomposição da hegemonia burguesa na educação pública. Nesse contexto, partimos da proposição de Saviani (2021), que aponta a necessidade de interpretação da ação hegemônica na educação brasileira a partir de em suas bases econômico-pedagógicas, pedagógico-didáticas e psicopedagógicas. Tais bases foram assim adotadas como módulos temáticos estruturantes da mobilização e condução do grupo de estudos.

O resultado desse levantamento orientou a mobilização e formação de grupo de estudo virtual “BNCC: Fundamentos e Repercussões para a Educação Brasileira e Geografia Escolar”. Totalizando 50 horas, em formato virtual, a partir da plataforma Google Meet, a formação do grupo objetivou a socialização e dialogia entre professores da educação básica e demais agentes do campo em defesa da educação pública e da Geografia escolar acerca da compreensão de sua arquitetura curricular. Organizado quinzenalmente, o grupo de estudos congregou mais de 70 participantes, oriundos das mais diversas regiões do país, com diferentes perfis: (a) professores das diversas redes da educação básica; (b) docentes e pesquisadores de instituições de ensino superior; (c) estudantes de graduação e pós-graduação vinculados à Geografia Escolar, bem como a diferentes formas de atuação pedagógica; (d)

⁴ Os referenciais bibliográficos adotados com norteadores para o debate na ação extensionista, destacam-se: a) o levantamento bibliográfico realizado no âmbito dos diversos Grupos de Trabalho do Projeto de Pesquisa “A BNCC no controle da Educação Pública: mecanismos neoliberais para conter perspectivas educacionais emancipatórias” (2022-2024), realizado pela REDAP; b) Nos diversos volumes da coletânea “Diálogos Críticos”, publicação periódica também organizada no interior do coletivo REDAP;

outros educadores interessados no campo curricular e na luta pelo direito à educação. O perfil dos participantes está expresso a seguir.

Para dar conta dos diversos fundamentos advindos do ideário hegemônico presente na BNCC, foram realizados 11 encontros que abordaram diferentes temáticas, com vistas à problematização do documento, desde sua forma normativa até suas múltiplas configurações difusas entre as diferentes realidades territoriais do Brasil. Nos encontros, foram discutidos: (a) as concepções de educação escolar, currículo e sociedade presentes na BNCC; (b) a historicidade das políticas curriculares; (c) o ideário das pedagogias do “aprender a aprender” e da pedagogia das competências; (d) as interlocuções dessas pedagogias com as demandas da crise estrutural do capital para a educação; (e) as manifestações da reforma empresarial da educação no Brasil; (f) suas bases psicopedagógicas, com ênfase no condutivismo e no neoconstrutivismo; (g) a produção de “sujeitos empreendedores de si mesmos” a partir das chamadas “competências socioemocionais”; (h) suas repercussões na recondução neoliberal do papel do Estado, exemplificadas em mecanismos de avaliação externa em larga escala e na (re)produção das desigualdades territoriais na educação.

No decorrer dos encontros, os debates, materializados a partir das diferentes experiências relatadas por professores da educação básica, possibilitaram, numa perspectiva dialógica, a ampliação do diálogo com pesquisadoras e pesquisadores convidados(as), capazes de aprofundar as reflexões teóricas e metodológicas associadas às temáticas abordadas. Tais debates também foram registrados por meio de transmissões virtuais na plataforma YouTube, compondo um acervo disponível no canal da REDAP e ampliando o alcance da ação formativa.

Como culminância dos debates do grupo, foi possível organizar o Seminário Virtual “A prática docente como território de luta e resistência por uma Educação Geográfica contra-hegemônica”. O evento teve como objetivo refletir sobre diferentes escalas de resistência construídas a partir da compreensão do projeto mercantil de educação preconizado pela BNCC. Para tanto, contou com duas principais atividades: (a) o minicurso “Ensino de Geografia e Pedagogia Histórico-Crítica”, ministrado pelos professores Dr. Marcos Couto (FFP/UERJ) e Dra. Janeide Bispo (UNEB/Campus XI); (b) a mesa-redonda “BNCC e seus fundamentos x Projetos Contra-Hegemônicos de Educação: o que resta à Geografia?”, com a participação dos professores Dr. Átila Menezes (UNIVASF) e Valderli Feitosa (Escola do

Campo José Fidelis de Moura, Acaraú – CE). Ambas as atividades buscaram apresentar aos participantes alternativas contra-hegemônicas para a atuação docente em Geografia, seja a partir de um ensino ancorado na teoria marxista e na didática histórico-crítica, seja por meio da socialização de experiências concretas de enfrentamento ao projeto hegemônico de educação, materializadas em diferentes territórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação extensionista aqui relatada se consolidou como um espaço formativo de resistência e reflexão crítica frente ao avanço das políticas educacionais de caráter neoliberal no Brasil, especialmente no que se refere à imposição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como projeto hegemônico de regulação curricular. Por meio do estudo sobre a BNCC e suas implicações, o grupo fortaleceu o vínculo entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a articulação entre universidade, escola e movimentos sociais. Evidenciou-se, assim, a importância da construção de espaços de formação contínua comprometidos com uma educação pública, democrática e socialmente referenciada. Defende-se a necessidade de aprofundar as investigações sobre os efeitos da BNCC nos processos formativos e nas práticas docentes, apontando para a urgência de estudos que tensionem os fundamentos dessa política curricular e seus desdobramentos na Geografia escolar e na educação básica como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. A. M. de. [et al.] **Manifesto: Crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de Geografia**. Marília: Lutas Anticapital, 2021. GT – Geografia e Educação – ANPEGE.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- FELIPE, E. S. **Do SAEB à BNCC: padronizar para avaliar**. In: Diálogos Críticos. v.: 3. Reformas educacionais: avanço ou precarização da educação pública? Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.
- LIMA, A. de M.; FRANÇA, C. F. de S.; SENA, I. P. F. de S. BREVES REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 26, n. 2, p. 279–309, 2024.
- MARSIGLIA, A. C. G.; PINA, L. D.; MACHADO, V. de O.; LIMA, M. A base nacional comum curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 107-121, abr. 2017.
- SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. In: MALACHEN, J.; MATOS, N. da S. D. de.; ORSO, P. J. **A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2020.